



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Ângelo Vanhoni |
| Líder da Oposição | Durval Amaral |
| PTB | Valdir Rossoni |
| PFL | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB | Antonio Anibelli |
| PPB | Duílio Genari |
| PT | Luciana Rafagnin |
| PDT | Neivo Beraldin |
| PSL | Luiz Carlos Martins |
| PL | Chico Noroeste |
| PPS | Waldir Leite |
| PSB | Ratinho Júnior |
| PSC | Mauro Moraes |

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE ABRIL DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ailton Araújo e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 574/2003/GS, do senhor Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, encaminhando resposta de Pedido de Informações, requerido pelo depu-

tado Doutor Luciano, que pede providências necessárias para a agilização e repasse de recursos financeiros para a Santa Casa de Paranaíba. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 07/2003, do senhor Roberto Requião, presidente do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - Funrestran, encaminhado Prestação de Contas do Funrestran, referente ao exercício financeiro de 2002. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 317/2003/GS do senhor Roberto Requião, secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do Departamento de Trânsito - Detran, referente ao exercício de 2002. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco dos itens 01 a 07, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a antecipação da Sessão Plenária do dia 16 de abril, para hoje, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada a data de 27 de agosto próximo, para a realização de Sessão Solene em homenagem às Dioceses de Foz do Iguaçu e Cascavel.

O dia 13 de maio de 1978 passou a ser lembrado pela comunidade católica da região Oeste do Estado do Paraná, como uma data histórica.

Foi nesse dia que veio a público o que o papa Paulo VI acaba de decidir: o desmembramento da Diocese de Toledo, a criação das Dioceses de Cascavel e de Foz do Iguaçu e a nomeação do Bispo para cada uma das três dioceses.

Após esta data com a nomeação do bispo Armando Círio para a Diocese de Cascavel e com a escolha para a Diocese de Foz do Iguaçu do Pe. Olívio Aurélio Fazza, sacerdote da Congregação do Verbo Divino, começou uma nova caminhada, procurando levar às comunidades de Foz do Iguaçu e Cascavel as palavras de esperança e

amor, provenientes de caridosos corações cristãos. Na carta enviada ao povo católico anunciando os nomes dos bispos estava escrito:

“Dá para poder prometer que continuamos a recorrer a região comunidades vivas, que saibam se confrontar com as situações e realidades da sociedade, da qual cada uma das dioceses está inserida e formando cristãos que saibam dar um testemunho ativo de amor, especialmente aos que mais sofrem. Nada nos poderá deter nessa nossa vida, contanto eu possa levar a termo a minha carreira e o serviço que recebi do senhor Jesus”.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Data histórica

O dia 13 de maio de 1978 passou a ser lembrado, pela comunidade católica da região Oeste do Estado do Paraná, como uma data histórica.

Foi nesse dia que veio a público o que o Papa Paulo VI acabava de decidir o desmembramento da Diocese de Toledo, a criação de dioceses de Cascavel e de Foz do Iguaçu e a nomeação do bispo para cada uma das três dioceses.

Eis as palavras iniciais do desmembramento da Diocese de Toledo e conseqüentemente da criação das Dioceses de Cascavel e de Foz do Iguaçu: “Para melhor atender o povo a ele confiado, o venerável irmão, Armando Círio, Bispo de Toledo, pediu a esta Sé Apostólica que fossem tirados da sua Diocese alguns territórios que viessem a constituir outras Dioceses. E nós, achando que isso se coaduna excelentemente com o bem das almas, decretamos o seguinte: Fundamos a Diocese de Cascavel, com a seguinte composição de municípios: Cascavel, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Corbélia e Guaraniaçu...” Outrossim, “Decretamos e mandamos o seguinte: Fundamos a Diocese de Foz do Iguaçu, com a seguinte composição de municípios; Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Helena...”.

A Diocese de Toledo ficou com a seguinte composição de municípios: Toledo, Guaíra, Terra Roxa do Oeste, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Nova Aurora.

A Diocese de Toledo, com a divisão, ficou com pouco mais de 400.000 habitantes, Cascavel um pouco menos de 400.000 habitantes e a Diocese de Foz do Iguaçu com aproximadamente 300.000 habitantes. O último censo, 2000, porém, inverteu a ordem. A Diocese de Foz do Iguaçu tem hoje 422.000 habitantes, a Diocese de Cascavel 383.000 e a Diocese de Toledo 325.000 habitantes. O êxodo do setor rural atingiu, entre 1975 e 1985, as três Dioceses, mas a cidade de Toledo não cresceu tanto quanto Foz do Iguaçu e Cascavel.

Para a Diocese de Cascavel, eu, Dom Armando Círio, fui nomeado bispo, e a posse se deu no dia 27 de agosto de 1978 na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, entusiasticamente engalanada pelo auspicioso aconteci-

mento, numa cerimônia presidida pelo Núncio Apostólico, Dom Cármine Rocco.

Para a Diocese de Toledo, Diocese-mãe, foi designado o Pe. Geraldo Majella Agnelo (hoje cardeal arcebispo de Salvador, BA), sacerdote da Arquidiocese de São Paulo, com larga experiência adquirida no contato com livros, universidades, seminários e pastorais. A ordenação episcopal se deu na Catedral de São Paulo, numa cerimônia presidida pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, durante a qual chegou a infausta notícia da morte do Papa Paulo VI, o mesmo que tinha decretado o desmembramento. A ordenação se deu em 06 de agosto e a posse em 10 de setembro seguinte, na Catedral de Toledo, onde uma multidão de fiéis o acudiram em agradecimento a Deus.

Para a Diocese de Foz do Iguaçu foi escolhido o Pe. Olivio Aurélio Fazza, sacerdote da Congregação do Verbo Divino e pessoa madura, por ter entrado no seminário com a idade de 21 anos e por ter ocupado cargos importantes, como superior provincial da sua congregação e como pároco da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Água Rasa, São Paulo. A ordenação episcopal se deu nessa paróquia o dia 12 de agosto de 1978, numa bela celebração eucarística, presidida pelo bispo de Aparecida, Dom Geraldo de Moraes Penido e a posse se deu no dia 26 de agosto desse mesmo ano, num ato presidido pelo Núncio Apostólico, Dom Cármine Rocco, durante o qual chegou a fausta notícia da eleição do novo Papa, João Paulo I, que infelizmente viveu só 33 dias. Foi um dia de Céu para o povo de Foz do Iguaçu.

Com a posse dos bispos, cada diocese começou sua nova caminhada. Transcrevo o que foi dito na carta enviada ao povo católico, anunciando os nomes e a posse dos bispos: “Dá para poder prometer que continuaremos a percorrer a região criando comunidades vivas, que saibam se confrontar com as situações e realidades da sociedade, na qual cada uma das dioceses está inserida e formando cristãos que saibam dar um testemunho ativo de amor, especialmente aos que mais sofrem. Nada nos poderá deter nessa nossa vida, contanto eu possa levar a termo a minha carreira e o serviço que recebi do senhor Jesus: dar testemunho do Evangelho da Graça de Deus.” (At.2,24).

A Diocese de Cascavel iniciou a sua caminhada contando com a colaboração das seguintes paróquias: Catedral Nossa Senhora Aparecida, Santo Antonio, São Cristóvão, São Paulo, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Guaraniaçu, Cafelândia, Corbélia, Catanduvas, Capitão Leônidas Marques, Penha, Santa Tereza do Oeste, Três Barras, Braganey e Ibema.

Nessas paróquias trabalham 35 padres, 10 diocesanos e 15 religiosos, de 7 congregações diferentes: Missionárias do Verbo Divino, Missionários do Consolata, Missionários de São Carlos, Missionários Saletinos, Freis Franciscanos Conventuais, Freis Capuchinhos e Padres Passionistas.

Em apoio ao trabalho apostólico da diocese havia 8 congregações femininas e uma masculina: Irmãs Missionárias do Espírito Santo, Irmãs Missionárias de São Carlos, Irmãs Missionárias da Consolata, Irmãs Catequistas Franciscanas, Irmãs Franciscanas Ingolstadt, Irmãs Marcelinas, Irmãs de São João Batista, Irmãs da Imaculada Virgem Maria (Ucranianas) e Irmãos Maristas.

A isto podia-se acrescentar diversos movimentos, como Cursilhos de Cristandade, Serra Clube, Legião de Maria, Apostolado da Oração, Movimento Familiar Cristão, TLC (Treinamento da Liderança Cristã); Muitas pastorais, como pastoral catequética, pastoral familiar, pastoral litúrgica, pastoral da juventude, pastoral da saúde, entre outras, possuía também várias casas de formação de padres e irmãs.

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja este encaminhado à Mesa Executiva desta Casa, e ao deputado estadual Rafael Greca de Macedo.

Considerando o requerimento formulado pelo ilustre deputado Rafael Greca de Macedo, e protocolado na Sessão Ordinária de 14/04/2003, temos a esclarecer o que segue:

1. os critérios observados pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, a qual presido, para que se chegassem aos nomes de empresas que serão objeto da quebra de sigilo bancário, são, estritamente, de caráter técnico;

2. as conclusões acerca da quebra do sigilo bancário se deram em razão de relatório encaminhado pelo Banco Central ao Ministério Público do Paraná, e que chegou as nossas mãos;

3. nas 22.000 folhas do relatório que avalia mais de 700 operações de crédito realizadas pelo Banestado, foram escolhidas pela CPI as mais relevantes no que diz respeito ao valor das operações e à gravidade das irregularidades, de acordo com avaliação do Banco Central;

4. nas 50 primeiras operações investigadas pela CPI, friso, baseadas no relatório do Banco Central, constam diversas irregularidades, notadamente previstas na Lei nº 4595/64, como categorias "A". "E" e "F", no sentido de que as referidas operações teriam sido celebradas sem observância dos princípios gerais de garantia, seletividade, diversificação de riscos e liquidez; com concessão de descontos sobre o saldo devedor de operação de crédito, sem fundamentação técnica; e, com liquidação de operação de crédito por recebimento de bens ou direitos creditórios ilíquidos, sem fundamentação técnica, constituindo-se, pois, em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

5. as empresas nominadas pelo ilustre deputado Rafael Greca, sendo Raphael F. Greca & Filhos Ltda., Construtora Greca Ltda, foram incluídas nas investigações justamente pelos critérios mencionados, sem qual-

quer tipo de ingerência de qualquer ordem, o que não ocorreu, não ocorre e nem vai ocorrer nesta CPI, que busca somente a verdade dos fatos;

6. de acordo com o relatório do Banco Central, a empresa Raphael F. Greca & Filhos Ltda., recebeu empréstimo acima do limite de risco estabelecido pelo Banco, tendo sido liberado o crédito mesmo com parecer contrário do Depac (Departamento de Análise de Créditos). O próprio Banco Central não conseguiu identificar qual o órgão do Banestado que liberou a operação, sem que ao menos fossem fornecidas cópias das atas de aprovação do financiamento, nem mesmo dos responsáveis envolvidos nesta aprovação. Noutro caso envolvendo a mesma empresa, houve quitação de um outro financiamento, com desconto, e tal quitação tendo sido feita com precatórios condicionados à liquidação, mesmo tendo a Raphael Greca & Filhos Ltda., um ativo imobilizado de quase 30 vezes o valor da dívida. Ressalte-se, com manifestação contrária do Departamento Jurídico do Banestado;

7. releva ressaltar que em nenhum momento foi mencionado o nome do deputado Rafael Greca de Macedo, e sim, das pessoas jurídicas Raphael F. Greca & Filhos Ltda. e Construtora Greca Ltda.;

8. em momento algum este deputado, com mais de 20 anos de vida pública em 5 mandatos outorgados pelo povo do Paraná, e que sempre age com ética e responsabilidade, teceu comentários desairosos e ofensivos à pessoa do parlamentar Rafael Greca, o qual, lamentavelmente se socorreu destes subterfúgios não recomendáveis para a discussão de tema tão importante para os paranaenses.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Rural do Paraná pela realização da 43ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, no período compreendido entre 3 a 13 de abril do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Edson Neme Ruiz, no seguinte endereço: Av. Tiradentes, 6275 - Parque Governador Ney Braga - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 18º aniversário

da emancipação política do município de São José das Palmeiras.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao senhor José Neri das Chagas, digníssimo prefeito municipal de São José das Palmeiras, à Rua Marechal Castelo Branco, 979.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 10º aniversário do município de Maripá, a acontecer no dia 17 de abril de 2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Dorival Moreira, digníssimo prefeito municipal de Maripá.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 657

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Ilmo. Sr. Delegado Adauto Abreu de Oliveira, delegado-geral do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando a designação de delegado especial para presidir o inquérito referente à queixa-crime registrada através do Boletim de Ocorrência nº 180/2003, da Delegacia de Polícia do Município de Santa Helena, formulada pelo vereador Valdir Osório contra o prefeito do município, Silon Schmidt.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(aa) ADEMIR BIER

DOBRANDINO DA SILVA

ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido tem por objetivo o esclarecimento dos fatos que envolvem a ameaça feita pelo prefeito Silon Schmidt, de Santa Helena, ocorrida no dia 14 de abril do corrente, quando em frente à Prefeitura Municipal, por volta das 8h30min, o mesmo mostrou ao vereador Valdir Osório um revólver e, apontando-lhe, disse que se não parasse de criticar o seu trabalho iria lhe matar, e ainda, ao se retirar, observando a presença do vereador Carlos Antonio Kraemer, jogou a arma dentro do seu automóvel e disse que este seria retalhado de facão, cujo histórico do fato consta em fotocópia do Boletim de Ocorrência nº 180/2003, em anexo, por fotocópia.

Esses são os motivos que nos levaram a solicitar a designação de um delegado especial para apurar os fatos, tendo em vista tratar-se da autoridade maior do município, e que por essa condição o encaminhamento deverá

receber especial atenção, além do que fatos dessa natureza vêm acontecendo naquela comunidade, exigindo urgente e minucioso trabalho investigatório para apresentar àquela sociedade a verdade sobre esse e outros acontecimentos relacionados à segurança local.

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER ao Exmo. Sr. presidente desta Casa Legislativa, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu até Nova Prata do Iguaçu, na região sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento diante da necessidade de obtermos informações oficiais por parte dos órgãos do governo do Estado sobre a situação de continuidade de obras inacabadas do governo anterior e que são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Sudoeste paranaense.

Este é o caso da construção de ligação asfáltica entre os municípios citados neste requerimento que, ao ser concluída, possibilitará um novo e viável acesso entre as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, encurtando distâncias e descentralizando o trânsito.

Mencionada obra teve apenas parte do primeiro trecho efetuada, entre Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu. De Boa Esperança a Nova Prata do Iguaçu, são mais aproximadamente 15 quilômetros de vital importância para toda a região.

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, ao Exmo. presidente desta Casa Legislativa, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes do governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando que sejam tomadas providências quanto à necessidade de recuperação da malha viária do Sudoeste do Paraná, que encontra-se na maioria dos casos em péssimas condições de trafegabilidade, especialmente os trechos entre os municípios de Dois Vizinhos a Verê, de Verê a Itapejara d'Oeste, de Dois Vizinhos a Salto do Lontra e Santa Izabel d'Oeste, de Salto do Lontra a Nova Prata do Iguaçu, de São Jorge d'Oeste a São João e Chopinzinho, entre outros.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Ao assumirmos novo período nesta Assembléia Legislativa, uma das primeiras e principais reivindica-

ções da população sudoestina que chegou até este parlamentar, foi a necessidade premente de que seja deflagrada uma frente ampla de obras do governo estadual visando a recuperação total das rodovias que interligam os 42 municípios da região entre si e que dão acesso do Sudoeste a outras regiões do Estado do Paraná, tendo em vista as péssimas condições de tráfego em que se encontram. Durante o final do governo Lerner, várias operações “tapa-buracos” foram efetuadas, contudo com resultados apenas provisórios e de pouca durabilidade.

O que a população espera deste novo governo é de que sejam tomadas providências no sentido de um recapamento amplo e que venha a solucionar por um período de tempo duradouro o grave problema enfrentado principalmente para o escoamento da safra agrícola que, aliás, é a base da economia da região Sudoeste do Estado.

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER ao Exmo Sr. presidente desta Casa Legislativa, o envio de expediente ao secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, deputado Caíto Quintana, solicitando informações sobre o estágio em que se encontra a implantação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede na cidade de Dois Vizinhos, matéria objeto de lei aprovada por esta Assembléia e sancionada pelo governador Jaime Lerner na legislatura anterior, de iniciativa deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Na legislatura anterior, este parlamentar apresentou projeto de lei, devidamente aprovado pelo Plenário, desta Assembléia Legislativa, cidade de Dois Vizinhos, abrangendo diversos municípios daquela região, objetivando minimizar distâncias e possibilitar melhores condições de atendimento à população agrícola jurisdicionada, uma vez que a agropecuária é a base da economia do sudoeste paranaense.

Mencionada propositura foi sancionada pelo então governador Jaime Lerner que, entretanto, não conseguiu, naquele final de mandato, condições para sua implantação.

Assim, como existe a mencionada lei e desejosos de que a região de Dois Vizinhos veja consumada esta necessidade, solicitamos as informações constantes do presente requerimento, ao qual pedimos apoio dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solici-

tando a liberação de recursos para a aquisição de um automóvel e de um computador para ser disposto ao Departamento de Vigilância Sanitária do município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Célio Pinto de Oliveira, autor do Requerimento nº 084/2003, que consta a solicitação acima, na Câmara Municipal de Medianeira à Av. Rio Grande do Sul, 2243, Centro - CEP 85.884.000 Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O pedido formulado faz-se necessário pois virá facilitar e melhorar o desenvolvimento dos trabalhos do Departamento de Vigilância Sanitária do município de Medianeira, que vem enfrentando dificuldades de deslocamento e de armazenamento de dados.

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. diretor-presidente do Paraná Esporte - Ricardo Gomyde, solicitando a viabilização de recursos para a construção de um mini ginásio de esportes na comunidade de Maralúcia que irá beneficiar também, as comunidades de linha Santa Rita, Linha São Valentim, Linha São Bernardo, Linha Sávio e Linha Saltinho, naquela municipalidade.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à vereadora Maria Elena Barp, autora do Requerimento nº 153/2003, que consta a solicitação acima, na Câmara Municipal de Medianeira, à Av. Rio Grande do Sul, 2243 - Centro, CEP 85.884.000 Medianeira - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Esta obra vai beneficiar todas as comunidades citadas, que terão um local apropriado para a realização de reuniões e festas comunitárias, além de proporcionar, às crianças e adolescentes, um local apropriado para a prática de atividades esportivas e recreativas que contribuem, em muito, para o crescimento saudável destes jovens.

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve pede informações à Secretaria de Estado da Cultura, sobre o paradeiro de duas importantes obras de arte que intermediou à doação para o acervo público do Estado do Paraná, quando exerceu as funções de secretário de Estado e deputado estadual, entre 1º de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 2001.

Onde estão depositadas:

- Ascensão em Azul e Vermelho - de Carlos Alberto Araújo - óleo sobre painel 200 cm x 120 cm?

- IV Passo da Paixão de Cristo - de Sérgio Ferro -
óleo sobre tela, 146 cm x 114 cm?

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

As referidas obras estavam depositadas no Palácio Iguaçu, desde que foram doadas pelos respectivos pintores ao Acervo Público do Estado do Paraná - a pedido deste deputado, em 2001 - com o testemunho do marchand Waldir Simões de Assis. Em outubro de 2002, teriam deixado o Palácio Iguaçu para serem expostas fora, conforme documento anexo, em cópia xerox, que funcionários públicos nos acessaram.

Se não estão no Museu Oscar Niemeyer, ou em outro espaço público, deve-se abrir inquérito, pois trata-se de duas obras de grande valor de mercado. E frustraria aos artistas, ao autor deste, ao galerista e à sociedade, saber que o Estado do Paraná não guardou para os que vão nascer as preciosas doações recebidas.

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente:

O Bloco Parlamentar Agropecuário neste dia 15 de abril, promoveu uma audiência pública sobre a contribuição sindical rural e a realidade paranaense, da qual saíram várias propostas, dentre as quais, um pedido de encaminhamento aos órgãos competentes, de pedido de suspensão das execuções que estão sofrendo os pequenos e médios proprietários rurais, em face das ações de cobrança propostas pela Confederação Nacional da Agricultura e Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Devido ao grave problema social instaurado no campo, esta medida requer urgência, enquanto tramitam as mudanças na legislação pertinente, para tanto, se REQUER, seja enviado o presente requerimento à Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, deputados federais, senadores, governador e presidência da República.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(aa) ELTON CARLOS WELTER

LUCIANA RAFAGNIN

PEDRO IVO ILKIV

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 206/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Indica ao Poder Executivo a criar programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública de educação no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Programa, disposto no artigo anterior, será executado pelos alunos das 2ª e 4ª séries do ensino fundamental em duas etapas:

I - na primeira, os alunos das segundas séries plantarão as sementes das futuras árvores em kits de isopor apropriados a esta finalidade;

II - na segunda etapa, os mesmos estudantes, já cursando a 4ª série, transferirão as árvores, previamente desenvolvidas ao longo dos anos anteriores, para o local do plantio, quando em solenidade será delimitada a área do então formado bosque e identificado como realizado por aquela turma pertencente à determinada instituição de ensino.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação, através de suas Delegacias Regionais e mediante convênio, enviará esforços para que as prefeituras dos municípios envolvidos no programa delimitem áreas com a finalidade de implantar nas mesmas os futuros bosques.

Art. 4º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente fornecerá, mediante requisição escrita dos estabelecimentos de ensino, as sementes necessárias à viabilização do programa, bem como os kits dispostos no inciso I do artigo 2º.

Parágrafo Único - A escolha do tipo de árvore ficará a critério da Secretaria disposta no *caput* que, com anuência da prefeitura local em relação à escolha da mesma, privilegiará, tanto quanto possível, a entrega de sementes de plantas nativas do Brasil, frutíferas e adaptadas ou comuns no município onde crescerão.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Educação manterá, através dos estabelecimentos de ensino, cadastro de todos os alunos que participaram do programa.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de ensino entregarão, aos estudantes participantes, certificados de mérito sobre a importância da sua atitude na preservação do ambiente.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias das Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente, suplementadas se necessário, cabendo ao Poder Executivo, quando de sua regulamentação, definir os percentuais dos órgãos citados na despesa geral do programa.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a finalidade de incentivar o plantio de espécies propensas à extinção conse-

qüentemente ensinar as crianças da importância da preservação do meio ambiente.

Estas crianças obrigatoriamente irão aprender plantar, transplantar, cultivar e cuidar das árvores e do meio ambiente de forma diferenciada após o início do programa.

Com a implantação do programa, essas crianças absorverão conhecimentos de meio ambiente na prática, além de fazer a recuperação e preservação de espécies regionais.

Aprovando o presente projeto, estaremos proporcionando ao Estado do Paraná a fazer de forma direta a preservação do meio ambiente, além de estarmos contribuindo para que as crianças do Paraná, façam a preservação do meio ambiente.

Indiretamente estaremos tirando crianças das ruas das grandes e pequenas cidades e lhe oportunizando aprendizado essencial no ecossistema.

Por estarmos certos da relevância, pedimos a todos os nobres pares o apoio e a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 207/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a criar a Secretaria de Estado da Juventude.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado da Juventude:

I - a formulação de políticas e a proposição de diretrizes ao Governo do Estado voltadas a juventude;

II - a coordenação da implementação das ações governamentais voltadas para o atendimento aos jovens;

III - a formulação e a execução, direta ou indiretamente em parceria com entidades públicas e privadas, de programas, projetos e atividades para jovens;

IV - o apoio a iniciativas da sociedade civil destinadas a fortalecer a auto-organização dos jovens;

V - promover e incentivar intercâmbios e entendimentos com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

VI - promover o desenvolvimento de estudos, debates e pesquisas sobre a vida e a realidade da juventude;

VII - conscientizar os diversos setores da sociedade sobre a realidade da juventude, os problemas que enfrenta, suas necessidades e potencialidades;

VIII - promover campanhas de conscientização e programas educativos junto a instituições de ensino e pesquisa, veículos de comunicação e outras entidades sobre problemas, necessidades, direitos e deveres dos jovens;

IX - promover cursos visando a formação de jovens líderes.

Art. 3º - A estrutura básica da Secretaria de Estado da Juventude será a seguinte:

I - um Secretário de Estado;

II - Conselho Estadual da Juventude;

III - Conselho de Orientação;

IV - Coordenadoria de Programas para a Juventude.

Art. 4º - O detalhamento da estrutura básica, as atribuições e competência de seus dirigentes serão fixados por decreto.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados do IBGE, o Brasil conta com o maior contingente de jovens entre 15 e 24 anos. O que seria uma ótima notícia, transformou-se numa das mais sérias dificuldades que o país enfrenta.

É inegável que essa imensa massa de jovens enfrenta grandes dificuldades como o desemprego, a violência urbana, o consumo de drogas, a constante exposição à morte, entre outros. A ausência de políticas públicas específicas para essa faixa da população é um antigo e grave problema em razão da falta de investimentos em educação, cultura, esporte e lazer e opções de trabalho.

Experiências bem sucedidas, realizadas tanto no Brasil quanto no exterior, demonstram que estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem vem se provando uma maneira eficaz de enfrentar os desafios gerados por esse quadro crítico. Para isto, o jovem deve ser encarado como pessoa capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo governo ou pela sociedade civil.

As políticas públicas em geral, elaboradas pelo governo federal, até agora se mostraram apenas compensatórias ou essencialmente procuraram corrigir as desigualdades e demandas mais urgentes ou gritantes.

A Secretaria da Juventude já foi criada em Estados como Amapá, Acre, São Paulo, Goiás e Brasília e tem desenvolvido um bom trabalho.

Portanto, o presente projeto tem o objetivo de que o Estado do Paraná, também crie a sua secretaria e passe a ser reconhecido no País como o Estado que possui uma política séria para seus jovens.

Portanto, peço a atenção especial desta Casa Legislativa a este importante projeto, com sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 208/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os hospitais, casas de saúde e clínicas conveniadas com o SUS obrigados a colocar em local

visível e de maior circulação de público, letreiro com o seguinte dizer: TEMOS CONVÊNIO COM O SUS.

Art. 2º - O letreiro terá de ser luminoso para que seja visualizado à noite.

Art. 3º - As instituições conveniadas terão 90 dias para cumprirem esta lei.

I - O não cumprimento desta lei acarretará em multa de 2000 UFIR's.

II - A reincidência acarretará multa em dobro, podendo ser retido o repasse do SUS para pagamento de multa.

III - Os juros e outros encargos decorrentes do parcelamento autorizado pelas administradoras, será de comum acordo entre elas e o titular do cartão de crédito utilizado, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade quanto à inadimplência no pagamento pelo titular do cartão de crédito utilizado.

Art. 4º - A fiscalização desta lei ficará sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

As pessoas que necessitam dos hospitais, casas de saúde e clínicas conveniadas com o SUS, encontram dificuldade em ser atendidos, por não saber quais hospitais e/ou clínicas possuem convênio com o SUS.

Muitos hospitais não informam que prestam este serviço para tentar influenciar o paciente e as famílias a serem atendidas pelo sistema particular ou os famosos "pacotinhos" que são os preços mais acessíveis.

Para acabar com essa prática que onera a classe menos favorecida, estamos obrigando os hospitais a colocarem letreiro informando que prestam serviços pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito.

Concedo a palavra à deputada Cida Borghetti.

(**Declina**)

Deputado Barbosa Neto.

(**Declina**)

Deputado Ratinho Júnior.

(**Declina**)

Deputado Luiz Accorsi.

(**Declina**)

Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Hoje foi um dia de muito trabalho para os deputados membros do Bloco Agropecuário. Gostaria de agradecer a participação dos deputados que estiveram lá presentes. Vamos fazer um relatório e entregar a esta Casa o resultado dessa audiência pública, que discutiu sobre a taxa de contribuição sindical rural no dia de hoje.

Diga-se de passagem que a audiência pública teve a presença de muitas entidades do Paraná ligadas ao segmento representativo dos agricultores, e também ao segmento ligado à categoria patronal. O plenarinho esteve lotado e as intervenções foram muito claras, tanto por parte do patronal, como dos trabalhadores rurais. Chegou-se a uma avaliação de que realmente a forma como é cobrada não é bem vista pelos pequenos produtores. Nesse sentido, se encaminhará um requerimento nesta Casa, para que se tome providências, a nível federal, no sentido de mudar a legislação. Há exemplos muito claros colocados pelos produtores, com relação ao enquadramento dos pequenos produtores. Para medida da cobrança sindical, se enquadra enquanto pequeno, aqui no Paraná, para quem tem até 2 módulos rurais. Módulo rural: para quem tem até 16 hectares. Com dois módulos passa para 32 hectares. Quem passou para 32 hectares já é considerado como se fosse patrão, mesmo que não tenha nenhum empregado registrado.

Para os financiamentos da agricultura do Pronaf, já é considerado até 4 módulos rurais e é considerado agricultor familiar.

Por isso, é necessária que a lei federal seja mudada na questão do enquadramento, para que os pequenos produtores sejam isentos da taxa de contribuição na área patronal.

É um encaminhamento que foi dado pela discussão em audiência pública, não é uma discussão acabada, mas é necessário que se tome providências, porque houve testemunhos de pequenos produtores.

Pessoas que estão aposentadas sendo acionadas na justiça pela cobrança do imposto sindical, da taxa de contribuição sindical.

Por isso, é fundamental que se altere a legislação. E esta Casa encaminhará um requerimento pedindo providências para que se mude a questão do enquadramento dos produtores que são considerados da agricultura familiar.

A Sra. Luciana Rafagnin

Concede-me um aparte, deputado?

Quería parabenizar V. Exa., como presidente do Bloco Agropecuário, pois, realmente, foi uma audiência muito importante e V. Exa., inclusive, está definindo bem como foi o decorrer de toda ela e gostaria de dizer que o que nós sentimos é que existe, não só por parte dos pequenos agricultores, um descontentamento porque eles não se enquadram nessa lei, porque não são empregadores rurais mas sim produtores rurais, pequenos agricultores, agricultores familiares que trabalham, simplesmente com a família, mas também por parte dos próprios

empregadores rurais que estão denunciando um certo abuso na cobrança dessa taxa.

Então, é um momento que tivemos depoimento da Sociedade Rural, de sindicatos rurais patronais e também de vários sindicatos de trabalhadores rurais, de agricultores e sentimos que está havendo, realmente, um abuso na cobrança e não se leva em conta a situação em que vive o nosso agricultor hoje.

Se pegarmos o próprio exemplo dos depoimentos dados, sente-se que os agricultores tiveram, de certa forma, que comprometer seus bens para poder pagar essa taxa. Além disso, a situação está levando muitos agricultores a entrar numa depressão pela força com que a CNA está usando para cobrança dessa taxa. Ela faz uma intimidação quando manda, até cobra essa taxa na justiça e muitos agricultores estão ficando doentes, estão entrando em depressão, comprometendo toda sua propriedade, seus bens ou de sua família e isso é muito ruim.

Então, realmente, temos que tomar algumas providências, e acho que os encaminhamentos dados na manhã de hoje foram, de certa forma, muito felizes e tenho certeza que V. Exa., agora, procederá dessa forma para que possa chegar tanto à CNA quanto à Câmara dos Deputados Federais, essa reivindicação dos agricultores e de todas as pessoas que estiveram presentes nesta manhã nesse seminário.

Muito obrigada!

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Nós que agradecemos! Obrigado pelo aparte!

De fato, a audiência pública do Bloco Parlamentar Agropecuário foi um sucesso e é o papel desta Casa, através do Bloco, de fazer o diagnóstico da realidade paranaense - nesse caso nós discutimos o imposto sindical rural - e dar o devido encaminhamento aos setores competentes, no caso ao Congresso Nacional e ao CNA e com certeza, à Confederação Nacional da Agricultura, para que as devidas providências sejam tomadas, em função da injustiça, na nossa avaliação, que é a cobrança impositiva de pequenos produtores, que nunca foram acionados na justiça e por serem produtores e se enquadrarem dentro da lei. A aplicação da lei pura e simples é injusta muitas vezes, por isso que temos que mudar a legislação.

Muitos agricultores estavam, realmente, indignados com essa situação, levando, inclusive, alguns a ficarem doentes. Esse testemunho nós tivemos nesta Casa de Leis no dia de hoje.

Seria isso, senhor presidente! Meu muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB.

(Todas declinaram)

Queremos anunciar a presença do nosso amigo, prefeito Cetim, de São José dos Pinhais que muito honra com sua presença esta Casa.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estou nesta tribuna, senhor presidente, preocupado com as últimas ocorrências no município de Santa Helena, cidade situada na fronteira do Paraguai com o Brasil. Vem ocorrendo um fato muito preocupante ultimamente.

Santa Helena é um município que tem uma das maiores arrecadações na proporção do Brasil, em função dos recursos que advém da Usina de Itaipu. Tornou-se um dos municípios mais ricos do Brasil.

Santa Helena fica próxima da minha cidade Foz do Iguaçu, fica próxima da cidade do nosso deputado Ademir Bier e há ali uma preocupação muito grande de ambos com relação a ela.

Há pouco tempo foi assassinado o delegado de Santa Helena, foi assassinado um empresário, e não é um simples homicídio, mas realmente são assassinatos e até hoje não se achou os culpados. Existe uma impunidade muito grande em Santa Helena. A delegada atual tem expedido mandato de prisão e o juiz, até hoje, não concedeu esses mandados e vem preocupando demais a comunidade de Santa Helena. Um clima muito tenso que hoje lá impera.

Para nossa surpresa, no dia de ontem, o senhor prefeito municipal, que vem administrando de forma ditatorial o município, que vive hoje um clima de muitas denúncias por parte dos vereadores da Oposição, por parte dos moradores e essas denúncias até hoje se encontram nas gavetas, não sei aonde. E ontem, em frente à Câmara dos Vereadores o senhor prefeito municipal sacou o revólver ameaçando de morte dois vereadores de oposição e dizia a eles: "se vocês não pararem com essas denúncias eu meto um tiro na testa de vocês dois". E, como tinha muita gente na hora, crianças da escola, todos juntos, o prefeito jogou a arma dentro do carro e saiu em disparada e foi na imprensa dizer que ameaçou e ia matar os vereadores.

Quero registrar esse fato aqui na Casa, uma ocorrência gravíssima, senhor presidente, e estou protocolando o requerimento na Casa pedindo ao governador que ocupa o cargo de secretário da Segurança e ao delegado geral que possa enviar a Santa Helena um delegado especial para fazer com que essa tensão seja amenizada.

O Sr. Elton Carlos Welter

Permite-me um aparte?

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento. Realmente a situação lá de Santa Helena é grave, o prefeito ameaçou de morte os vereadores da oposição e

publicamente. É estranho o prefeito estar descontrolado. É uma situação grave e lá já aconteceu esses assassinatos que V. Exa. se reportou. É urgente providências no sentido da segurança pública naquela cidade.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Obrigado, deputado Elton que é também próximo de Santa Helena, que conhece bem.

Agradeço a sua manifestação.

O Sr. Ademir Bier

Gostaria de um aparte também.

É bastante preocupante a situação de Santa Helena que já remota do início do ano de 2001, quando praticamente ocorreu uma chacina em Santa Helena.

Nós, naquela ocasião, procuramos o secretário da Segurança, o ex-deputado Tavares, levando a preocupação e a importância de ter um delegado especial para acompanhar esses acontecimentos de Santa Helena. Naquela ocasião não foram tomadas as providências, ocorreram outros fatos também, e nunca alguém tomou uma providência.

Urge agora a necessidade, de imediato, diante dos últimos acontecimentos, de realmente se mandar a Santa Helena um delegado especial para, primeiramente, que tenhamos um desarmamento, porque está completamente abandonado, o poder é muito grande lá no município de Santa Helena, que como V. Exa. referiu é uma das maiores arrecadações do Brasil, hoje. Então, tem diversos acontecimentos que precisam ser imediatamente resolvidos. E esse seu requerimento é importante, a partir do momento em que se possa ter lá no município de Santa Helena um delegado especial que faça o desarmamento, que possa punir as pessoas - porque dá a impressão, realmente, de que lá não tem mais quem manda. E realmente o prefeito não gosta de ser fiscalizado, também. Ele tem ampla maioria na Câmara e não deixa o vereador exercer a sua função, que é fiscalizar o Poder Executivo.

Então, acho importante o seu requerimento. Nós queremos nos somar nesse requerimento para que possa ter tranquilidade a comunidade de Santa Helena.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

É tamanha a preocupação e as denúncias são gravíssimas que o prefeito está cercado de guarda-costas, todos armados, e vem coagindo todos aqueles que possam contrariar aquilo que é de interesse do prefeito.

Então, nós queremos pedir ao deputado Ademir Bier e ao deputado Elton Welter, de Toledo, para assinarem o requerimento que estamos dando entrada nesta Casa, pedindo providências para o governador e para o delegado geral da Polícia Civil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Horário da Liderança do PFL, com a palavra o deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

A televisão, ontem, mostrou ao Paraná a juíza Adriana Pereira, de Rio Branco do Sul, dentro da sala de julgamento, usando coletes e servindo-se do auxílio de guarda-costas; S. Exa. usava também carro blindado. Mostrou também, a mesma reportagem, o juiz Márcio Geron, da Comarca de Capanema, mostrando o uso de coletes a prova de balas. E mostrou, ainda, o desembargador João Coptoski ostentando vistoso colete branco a prova de balas e dizendo também servir-se de carro blindado.

É por isso que estou propondo à Assembléia o Projeto de Lei de Violência Zero, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Por este projeto nós propomos a instalação de detectores de metais nas portas de entrada dos edifícios onde se encontrem instalados tribunais estaduais, fóruns, delegacias e presídios. Nas delegacias com celas de alojamentos e nos presídios, também sejam instalados bloqueadores de telefone celular.

Também estamos propondo a instalação de detectores de metais nas escolas que se encontrem localizadas em regiões com índices de criminalidade acima dos regulares, assim definidas a critério das inspetorias regionais de ensino ou a pedido das APM's ou comunidades escolares. Estamos propondo, também, detectores de metais nos veículos coletivos de transporte intermunicipal de passageiros, que transitem por vias consideradas de risco acima do regular, a serem definidas a critério da Polícia Rodoviária Estadual e da Secretaria da Segurança Pública do Estado. E a instalação de câmaras de vídeo nas composições de transporte urbano, intermunicipal e interligadas com a Polícia Militar, no prazo de 90 dias a partir da publicação desta lei, nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

A idéia da segurança pública é prevista no artigo 5º da Constituição. E os Estados brasileiros têm visto a violência avançar. O nosso governador tomou sobre si a tarefa de fazer a segurança, é ele o nosso secretário da Segurança Pública. Mas, esta Assembléia pode se furtar a contribuir com a sociedade inscrevendo no arcabouço legal do Estado um programa de violência zero. Eu soube que no Colégio Estadual do Paraná, aqui na esquina, outro dia, no período noturno, a polícia entrou em uma das salas de aula e retirou os alunos sob a acusação de lá existirem traficantes de drogas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Concedo mais um minuto para V. Exa, concluir o seu pronunciamento.

O SR. RAFAEL GRECA

Soube também que isso é motivo de conflito entre o diretor daquela escola, recentemente nomeado, professor Wilsom, mães e pais de alunos, para dolorosa comoção da comunidade curitibana e da comunidade escolar.

Acho que a violência nas escolas pode ser prevenida por uma máquina chamada detector de metais. Se nas igrejas de Roma isso existe, por que não pode existir nas nossas escolas, nos nosso ônibus para Foz do Iguaçu, nos nossos tribunais, nas nossas delegacias? E nas penitenciárias tem que acabar essa história de bandido falando pelo celular. Bloqueador de celular existe. E se bloqueia o celular do vizinho, não tem problema, não venha o deputado Vanhoni dizer que eu sou vizinho da penitenciária. Eu posso não falar no celular na minha casa, desde que o bandido não fale. Acho que Piraquara inteira ficaria alegre de não falar no celular, desde que, no Paraná, os bandidos não pudessem falar no celular.

Então, peço o apoio a este projeto de lei, porque quem anda na frente da história é quem faz história. E esta Assembleia precisa começar a fazer história. E a imprensa precisa começar a prestar atenção também nos projetos de lei e não só nas denúncias, mas sobretudo nas idéias, porque são as idéias que movem o mundo e não as denúncias. As denúncias às vezes atrasam o mundo. As idéias iluminam o mundo. As denúncias às vezes fazem olhar para trás e atrasam o mundo.

Era isso, Boa Páscoa a todos, com menos sucesso aos Judas e mais vitória aos filhos da Ressureição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB, PTB, PSDB.

(Todas declinam).

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Eu ouvi o deputado Dobrandino, na tribuna, fazendo menção sobre um requerimento que ele vai apresentar no dia de hoje, pedindo um delegado especial para o município de Santa Helena. Lamento, por um lado, deputado Dobrandino, o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, já não ter nomeado delegados especiais para apurar o índice de assaltos que está aumentando, consideravelmente, na região Oeste do Estado do Paraná.

Só este ano diversos agricultores foram assaltados. Santa Helena, cidade da qual V. Exa. fez menção, na sexta da semana retrasada, no dia 04, se não me falha a memória, os marginais chegaram até as marinas daquela cidade, renderam os turistas que estavam em suas casas, renderam as pessoas que estavam voltando do Lago de Itaipu, com seus iates, com seus barcos, renderam mais de uma centena de pessoas, fizeram todos de reféns, levaram os pertences de dentro das casas, levaram os barcos de seus proprietários. Se não bastasse levarem os bens materiais, ainda levaram pessoas residentes na cidade de Cascavel e Santa Helena e largaram Nuflin em uma das ilhas do Lago de Itaipu. Ninguém levantou a voz aqui na Assembleia Legislativa e nós sabemos do índice de cri-

minalidade que existe no Paraná, no Brasil e mais particularmente na região limdeira ao Lago de Itaipu.

Mas também não podemos esquecer e não podemos esconder, não, deputado Dobrandino, Ademir Bier e Welter, que em Santa Helena, sim, existe uma briga política e uma das mais acirradas do Paraná, isto existe. Troca governo, muda governo. Tínhamos até 1994 um delegado calça curta, como nós o chamamos, que foi condenado com voz de prisão, que estava preso, segundo acusações estava envolvido com roubo de carros nessa região do Paraná, e ele também foi assassinado. Outros assassinatos aconteceram em Santa Helena. Existe uma troca de acusações sim, nas duas forças políticas.

Enquanto V. Exa. estava falando sobre exatamente a questão que envolveu ontem o prefeito Silon Schmidt e os vereadores daquela cidade, eu liguei e queria falar com o prefeito Silon, infelizmente não o encontrei, mas a informação que eu tive é que o prefeito foi provocado pelos vereadores de Oposição a ele. Ele parou o carro sim, agora o que efetivamente aconteceu não posso dizer. Se o prefeito sacou arma ou não sacou. Muitas vezes nós somos imbuídos através de informações e antes de nós denunciarmos isto temos que ver se efetivamente isto aconteceu. Não que eu seja contra que vá um delegado especial, não para apurar essa denúncia, mas que apure todas as denúncias no município de Santa Helena, como em toda a região oeste do Paraná. E não só nisso. Seria muito bom que o governo do Paraná, Roberto Requião, já tem sido levantado aqui na Assembleia Legislativa pelo deputado Rafael Greca e por outros deputados, que nomeasse de vez por todas um secretário da Segurança Pública do nosso Estado porque o governo do Paraná tem muitas preocupações. Ele tem preocupação com a saúde, com a educação, com a área social, com a segurança em todas as áreas, em todas as atividades o governador tem que se preocupar.

Então, não é justo que o governador acumule para si, chame para si a responsabilidade da segurança pública no nosso Estado, porque o governador tem sim, deputado Dobrandino, Ademir Bier, Anibelli, a grande responsabilidade de cuidar do Paraná num todo e não só na área de segurança, enquanto os bandidos tomam conta da insegurança, da intranquilidade na sociedade do Paraná ou o Paraná continua sem secretário da Segurança Pública. É lamentável que isto esteja acontecendo.

O Sr. Dobrandino da Silva

Permite um aparte, deputado?

Deputado Elio Rusch, com todo o respeito que tenho por V. Exa. e V. Exa. justifica agora o que está acontecendo em Santa Helena, e tanto isto é verdade que o próprio prefeito está de arma em punho ameaçando as pessoas.

Ora, não justifica por ter em Santa Helena assalto e tanta bandidagem que o próprio prefeito saia de arma em punho ameaçando vereadores na Câmara Municipal da sua cidade.

É neste sentido, nobre deputado, que quero contestar V. Exa. e dizer que essa bandidagem vem da época do governo Jaime Lerner, que tinha um secretário da Segurança que teve as maiores denúncias no Paraná, inclusive tinha secretário envolvido.

Então, não é de hoje que tem essa situação caótica que tem em Santa Helena e em todo o Paraná porque já vinha de anteriormente e que tinha, sim, o secretário da Segurança, que é meu amigo, José Tavares. O governador Roberto Requião, embora não tenha nomeado ainda o secretário da Segurança Pública, mas vem corrigindo falhas do governo e com certeza vai mudar também na segurança pública, nomeando o secretário na hora certa, para combater o que está ocorrendo. Eu não tenho dúvida disso. V. Exa. acompanha as medidas saneadoras desse governo.

O SR. ELIO RUSCH

Concordo com a denúncia que V. Exa. faz, mas não acredito que o prefeito Silon Schmidt tenha levantado uma arma em punho e tenha calçado um vereador naquele município. Não acredito nisso! Pode ter assinatura, mas é uma questão política. Não quero ler isso aqui, porque é uma questão política, que surge em Santa Helena. Temos que comprovar a veracidade dessa denúncia, se é verdadeira ou não. Vivemos em uma onda de denunciismo, V. Exa. levantou também a questão do secretário da Segurança Pública, no Paraná, o Candinho, popularmente, conhecido por toda a gente do Paraná e do Brasil, foi acusado pela CPI do Narcotráfico de Brasília, que estaria envolvido no narcotráfico do Paraná. Ele foi absolvido por unanimidade no Ministério Público do nosso Estado, porque nada foi encontrado, que incriminasse a sua pessoa.

Assim foi envolvido o Rafael Greca, condenado, nosso deputado - não me canso de dizer isso -, quando ministro do Esporte do governo Fernando Henrique Cardoso, tentaram fritá-lo. Nada foi provado contra ele. Fritaram o Alcení Guerra e nada foi provado contra ele. Queriam fritar o Stephanes e nada conseguiram provar contra ele. O Zé Eduardo, falo ministro do Paraná, porque os homens que estão no poder, hoje, tentam fritar as suas lideranças e nada conseguem provar. Essa realidade precisa ser dita no nosso Estado. É muito fácil, de repente, alguém fazer denúncia, mas difícil é comprová-la. Sou da seguinte opinião: faz-se a denúncia, apuram-se os fatos e, depois, de comprovado vamos efetivamente denunciar e incriminar as pessoas.

Antes disso, não posso conceber jamais, que venhamos incriminar uma pessoa, quando sabemos que existe uma disputa política muito grande, em muitos municípios, em particular no município de Santa Helena.

Muito obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Morei em Santa Helena, onde fui radialista e conheço essa pendenga política, desde que eu estava lá. Senhor presidente, gostaria de me associar às palavras do deputado Elio Rusch. Reconhecemos das necessidades que tem Santa Helena. Sabemos dos problemas que a cidade atravessa. É uma cidade que tem 50 milhões em caixa guardadinhos. Todo mundo cobiça aquela prefeitura. Santa Helena é a melhor Prefeitura do País, hoje, porque tem 50 milhões prontos para gastar no que quiser - está sobrando dinheiro. É uma questão de política antiga envolvendo o PMDB e o PFL.

Passei por isso e sei como são grandes as brigas lá, como radialista. Conheço o atual prefeito. É uma pessoa que, se fizeram ele tirar o revólver, é porque a coisa está feia lá, Dobrandino. Porque o Silon é uma pessoa muito simples, ponderada e muito bem preparada, que conheço mais ou menos há vinte anos. Se ele tirou o revólver é porque esta feio. Concordo com V. Exa., que tem que haver um apoio muito grande, principalmente, agora, quando se avizinha o processo eleitoral. Santa Helena, Itaipulândia, naquelas cidades que têm royalties, vai rolar muita coisa até as eleições do ano que vem.

Mas quero aqui, deixar meu posicionamento em apoio ao Prefeito atual Silon Schmidt, que é uma pessoa que eu conheço, boníssima e que se a situação chegou a esse ponto é que, realmente, precisa de um delegado especial para cuidar de Santa Helena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 653, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 07, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 654, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja antecipada a Sessão Ordinária do dia 16 de abril, para hoje, logo após o término da Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 444/2001.

Curitiba, 12 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 273/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 031/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo a autorizar o Poder Executivo a criar o “Bônus Verde - Paraná Mais Limpo”, proporcionando um benefício fiscal/financeiro às empresas paranaenses que utilizem no seu processo produtivo, como matéria prima, resíduos poluentes oriundos do processo produtivo de outras empresas paranaenses.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade do mesmo, porque a medida, caso viesse a ser acolhida, implicaria não só em redução da receita pública, ferindo os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual, como também na concessão de onerosos incentivos que, aliás, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) veda. Vale ainda ressaltar que, inobstante os impeditivos constitucionais apontados, a medida, assim como está posta, não teria as necessárias condições de plenas e tranqüila exeqüidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 031/99, encontra-se publicado no DA nº 148/2001, de 16/10/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 002/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 661/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2001, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 458/2002.

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 439/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 661/2001, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos. Objetiva o autógrafo introduzir as alterações que especifica, no texto da Lei nº 11.580, de 14 de janeiro de 1996.

O plano de lei em referência foi proposto, na versão original, pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 057/2001, de 30 de novembro de 2001.

O veto parcial apostado incidiu sobre o parágrafo 4º que seria acrescido ao artigo 14, da Lei nº 11.580/96 que, decorrente da emenda dessa augusta Casa, apresenta vícios de inconstitucionalidade e desobediência à Lei Complementar Federal nº 87/96, assertiva esta que se comprova através do Parecer nº 2.473/2001, da Secretaria de Estado da Fazenda, anexo por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 661/2001, encontra-se publicado no DA nº 203/2001, de 13/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 03/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 661/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 57/2001, alterava os dispositi-

vos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. O projeto foi vetado parcialmente pelo senhor governador, que considerou inconstitucional o disposto no parágrafo 4º do artigo 14.

O veto foi apostado no prazo legal e encontra respaldo no ordenamento jurídico, vez que o parágrafo 4º do artigo 14 cria nova base de cálculo para o ICMS, matéria que somente pode ser tratada por Lei Complementar Federal como dispõe o artigo 146, III da Constituição Federal.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 039/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 333/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 353/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 353/2000, encontra-se publicado no DA nº 147/2000, de 30/10/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 027/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do

deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que obriga todas as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento), de fécula de mandioca para misturar na massa de panifícios e derivados. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 042/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 468/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 421/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque trata de matéria que independe de lei estadual e também, porque, caso acolhida, não teria condições de exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 421/2001, encontra-se publicado no DA nº 121/2001, de 10/09/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 030/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que obriga todas as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento) da fécula da mandioca para mistura na massa de panifícios e derivados.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 034/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar Faculdade de Administração e Direito na Região da CIC, nesta Capital. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 046/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 500/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 098/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 098/2000, encontra-se publicado no DA nº 201/2001, de 31/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 034/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Faculdade de Administração e Direito na Região da CIC, nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do depu-

tado Orlando Pessuti, que acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8.933/89, alterada pela Lei nº 9.884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 050/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 429/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 337/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo acrescer inciso ao artigo 4º, da Lei nº 11.580/96 (Lei do ICMS).

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade a que se está eivado, porque fere o artigo 155, XII, “g”, da Magna Carta da Nação e o artigo 1º, da Lei Complementar Federal nº 24/75. Esse prisma de entendimento, por mim adotado como razões fundamentais do veto ora apostado, está substanciado na adiante subscrita manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Impõe-se o veto ao citado projeto de lei, pois em seu artigo 1º, ao colocar no campo da “não incidência”, do tributo estadual as operações com embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos e aves, está, na realidade, concedendo isenção do ICMS (em verdade há incidência do tributo estadual nas operações e prestações que especifica, apenas houve erro na técnica legislativa, pois a não incidência deve ser decorrente de mandamento constitucional e não de lei estadual).

Assim, em relação ao ICMS, quaisquer benefícios fiscais que importem em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de convênios, firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho de Política Fazendária - Confaz. Esta determinação está contida no artigo 155, XII, “g”, da Constituição Federal, assim transcrito, *verbis*:

“Art. 155 - Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”.

Como já existia lei complementar regulando a matéria desde 1975 (LC nº 24/75), esta foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, cujo artigo 1º e seu parágrafo único, inciso IV, assim dispõe, *verbis*:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 337/2001, encontra-se publicado no DA nº 201/2001, de 13/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 038/2002

P A R E C E R :

A proposição em tela de veto aposto ao Projeto de lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que acresce inciso IV ao artigo 6º da Lei nº 8.933/89, alterada pela Lei nº 9.884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica.

O projeto tem por intenção tornar imune à cobrança de ICMS, as operações com embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos de aves.

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição estadual, vetou o projeto de lei com base no artigo 155, inciso XII, da Constituição Federal, que remete à lei complementar a questão das isenções, incentivos e benefícios fiscais. A Lei Complementar nº 24/75 criou o Conselho de Política Fiscal Fazendária - Confaz, que regulamenta as questões acerca de benefícios fiscais que Estados e Distrito Federal possam promover.

Dada a justificativa constitucional e o respeito aos prazos estipulados para o veto, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 119/2002 veto aposto ao Projeto de Lei nº 400/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados no município de Ribeirão do Pinhal. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 422/2002

Curitiba, 23 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 309/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 400/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista esclarecimentos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência de que o imóvel cuja cessão por longo prazo é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 400/2002, encontra-se publicado no DA nº 075/2002, de 04.06.2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 119/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 400/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados no município de Ribeirão do Pinhal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para a votação aos vetos constantes na Ordem do Dia de hoje. Veto aposto aos Projetos de Lei 31/99, 353/2000, 421/2001, 098/2000, 337/2001, 400/2002, e veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 661/2001.

A SRA. ELZA CORREIA

Antes de o companheiro Dobrandino falar a respeito dos vetos, gostaria de me manifestar para que fique consignado na Casa um agradecimento público das deputadas ao nosso companheiro, Pastor Edson Praczyk, pelo presente que nos ofertou hoje, um botton da Assembléia Legislativa. Ele mandou confeccionar para todas as deputadas, considerando que até o momento nós estávamos sem receber esse botton da Assembléia.

Então, publicamente, em nome das companheiras, quero fazer esse agradecimento ao colega Pastor Edson, e dizer que gostamos muito, que é de muito bom gosto o presente dele.

O SR. DOBRANDINO (Para Encaminhar)

Em nome da Liderança do Governo, senhor presidente, e conforme requerimento protocolado nesta Casa, pedimos aos senhores deputados o voto pela manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

Quero participar aos senhores deputados que, de acordo com o requerimento aprovado, da deputada Cida Borghetti, após esta Sessão nós teremos uma outra.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Ailton Araújo)
(Procede à chamada nominal)****A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Votaram 42 deputados. Convido os deputados: Alexandre Curi, Barbosa Neto e Ratinho Júnior, para fazerem a contagem dos votos.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Gostaria de destacar a presença do presidente da Câmara e dos vereadores de Inácio Martins, que nos prestigiaram com a presença em nossa Casa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Também gostaria de destacar a presença do prefeito de Vera Cruz do Oeste, Marcos Villas Boas Pescador.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Anuncio o resultado da votação: 22, NÃO; 20, SIM.

Estão mantidos os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa Requerimento nº 655, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 643 a 645, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 646 a 650, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 651, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 656, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 657, de autoria dos deputados Ademir Bier, Dobrandino da Silva e Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 660, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter, Pedro Ivo Ilkiv e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término deste, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
05ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Delegado Bradock, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Durval Amaral e mais os senhores deputados Ailton Araújo, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Padre Paulo Campos e Vanderlei Iensen. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 05/2003, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE,

do senhor deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 09/2003, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE, do senhor deputado Tadeu Veneri - APROVADO; com voto em separado do senhor deputado Delegado Bradock; 03) Projeto de Lei nº 101/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri, Parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE do senhor deputado Durval Amaral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 101/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. Parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE, do senhor deputado Durval Amaral. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 127/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO, com voto contrário do senhor deputado Durval Amaral; 06) Projeto de Lei nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo. O senhor deputado Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - DEFERIDO pelo senhor presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 83/2003 e a deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 034/2003 e 120/2003, que foram APROVADOS sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e três, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua terceira Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 021/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de março de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Plauto Miró, relator da Proposição nº 021/2003, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de março de 2003 conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Analisada a matéria, concluiu o senhor Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada a sua exatidão, uma vez que atendem à legislação em vigor, deliberando pelo PARECER - FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária